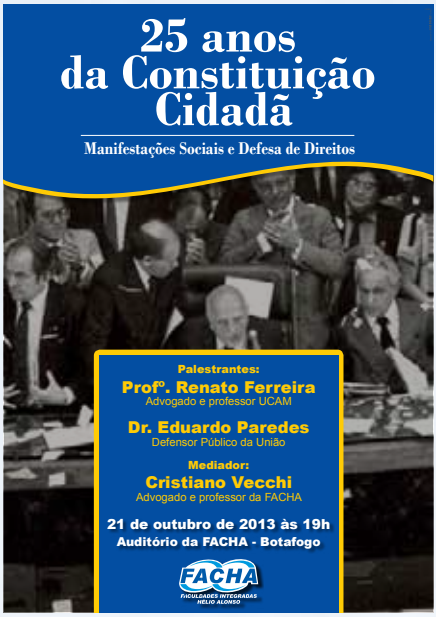
TRABALHO DISCENTE

Os 25 Anos da Constituição Cidadã

Felipe David da Rocha Couto

Jornalista e estudante do 3° período de Direito da FACHA



No dia 21 de outubro, no auditório da FACHA, em comemoração ao aniversário de 25 anos da Constituição Brasileira, foi realizada a Palestra "25 Anos da Constituição Cidadã. Com o instigante tema "Manifestações Sociais e Defesa de Direitos", o Professor Renato Ferreira, mestre em Políticas Públicas e com vasta experiência na prática dos direitos humanos como advogado e na militância jurídica em defesa dos movimentos sociais, abordou a estrutura das causas sociais no Brasil. "Temos conhecimento do déficit que possui a democracia e o esforço que tem sido implementado desde a Constituição de 1988 para fazer com que os movimentos sociais sejam organizados e tenham cada vez mais a possibilidade de estar na vanguarda no processo de efetivação da cidadania no Brasil. Todavia, também sabemos que o papel do Estado é importantíssimo, mas que por si só muitas vezes é inerte a causas sociais que são históricas e essenciais para o desenvolvimento humano em nosso país.

O Professor Ferreira explicou sobre as diversas temáticas recorrentes alavancadas pelas passeatas de ativistas que compareceram às ruas no mês de junho, inicialmente contra o aumento nas passagens no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que serviram de estopim para atividades e desdobramentos das demais manifestações que vieram em seguida. E revelou sua inquietação sobre os reais motivos que culminaram com o expressivo contingente de pessoas nas ruas em protesto: "Será que o aumento nas passagens por si só teria sido suficiente para fazer com que toda aquela gama de pessoas fosse protestar nas ruas? Inicialmente me pareceu que não. Houve um tratamento efetivamente desumano por parte das autoridades que não souberam compreender o que estava acontecen-

do, subestimaram e menosprezaram o papel e a importância histórica dos movimentos sociais e classificaram como baderna o que seria uma manifestação pacífica e justa como a reivindicação que estava sendo realizada. Erraram na mão e provocaram uma reação por parte dos governantes, sobretudo no Rio e em São Paulo, e aconteceu o que nós vimos, uma manifestação sem precedentes na história recente do Brasil".

Em seu discurso, o Professor levou o público presente a refletir e a questionar se as pautas reivindicadas nas manifestações eram realmente revolucionárias sob o ponto de vista de estrutura de organização social, política e econômica do nosso país. "Nestas bandeiras reconhecemos valores como justiça, mas e os potenciais expressivos de revolução ou de transformação da ordem social existente? É uma questão a se pensar".

De acordo com o Professor Ferreira, ao identificarmos as pautas mais imediatas dos movimentos poderíamos identificar a voz e o perfil de quem reivindica, e ao fazer isso, concluirmos que tais manifestações não pareceram, de fato, revolucionárias. O foco destas manifestações generalizadas também foi assunto de análise do professor: "O foco estava direcionado especificamente em políticas de governo. Assistimos a subjetivação de líderes políticos no movimento a todo instante. Os nomes dos líderes políticos que os movimentos sociais não queriam eram ditos o tempo inteiro. Enxergamos nitidamente um movimento contra um tipo de governo. Vimos também uma insatisfação que não denota muito bem o que o movimento quer desse aspecto. Ocupemos as ruas, mas, e o depois?".

Segundo o Professor, o Estado sofreu um revés significativo ao desdenhar dos movimentos sociais. E ressaltou que o Brasil vive uma forte crise de legitimidade. "Trago para reflexão: os manifestantes nas ruas estão insatisfeitos com a velha forma do poder representativo. Da forma com que tratamos este poder representativo de 1988 até os dias de hoje me parece que as manifesta-

ções nas ruas engendram uma estafa, um esgotamento de um ciclo de um presidencialismo que não consegue representar, que não consegue em sua representação a legitimidade. Há uma crise de legitimidade espantosa. Por exemplo, os novos movimentos sociais que estão nas ruas não pediram o retorno das privatizações, não pediram a volta do Neoliberalismo, não há esse saudosismo por parte destes movimentos que estão nas ruas. A desesperança se dá pela falta de legitimidade política".

Por fim, o Professor Ferreira fez duras críticas à ordem estabelecida no Brasil: "Qual a identidade dos movimentos sociais? Por que estas pessoas se unem? A que elas estão ligadas? Todas as classes sociais não se sentem representadas e querem participar destas manifestações. Nunca houve humanidade, o projeto da humanidade está sendo construído sob um processo de interesse coletivo. O que mais me preocupa é ver que meio a todos estes protestos, o Congresso Nacional começa a se preocupar com normas que estavam engavetadas há séculos, com o objetivo único e exclusivo de criminalizar os movimentos sociais. Estou falando da Lei 12.850/2013, que tem uma capitulação diferenciada por crime de formação de quadrilha ou bando, pois ao meu ver parece querer casar uma figura típica do que estão fazendo nas ruas como uma figura de delito criminoso. Esta ordem injusta que se estabeleceu no Brasil parece ter atingido um certo ciclo, uma vez que os movimentos sociais são nítidos ao falar que esse modelo hegemônico capitalista na forma com a qual o Brasil quis desenvolver, sobretudo, a partir da abertura política não serve mais porque não está garantindo mais uma democracia efetiva por vivermos num regime democrático sequestrado. Que democracia é esvaziada no seu sentido único estritamente liberal bastando votar e ser votado? Mas será que apenas isso que devemos entender por democracia? Penso que não. Este movimento está apontando que podemos construir daqui pra frente uma democracia na qual consigamos consolidar um país melhor e de certa forma acabar com

desigualdades, injustiças incompatíveis com o Estado Democrático de Direito" – concluiu.

Mediador da palestra, o Professor Cristiano Brandão Vecchi completou a abordagem sobre o tema ao criticar o constitucionalismo no Brasil: "Eu estranho a estranheza das pessoas em relação aos movimentos sociais. Isso revela que o nosso constitucionalismo é muito retórico. Na nossa formação nas faculdades, sempre conjugamos a leitura da Constituição à leitura das leis ordinárias. Quando as manifestações ocorreram, havia um certo conhecimento da inércia do povo brasileiro. No artigo 1º da Constituição Brasileira, está escrito que todo poder emana do povo, então por que causar estranheza o povo estar nas ruas? Percebe-se um conformismo generalizado em relação às nossas instituições tradicionais, assim como uma crise destas instituições, seja de representação política ou dos partidos políticos, que, por sinal, é um fenômeno mundial, e não apenas nacional, diga-se de passagem. Quem hoje sente ou vê um partido político como veículo para manifestação das nossas insatisfações? Pessoas procuram as redes sociais, e não canais institucionais, para manifestar suas indignações. Os partidos tomam conhecimento das manifestações através das redes sociais – explica Vecchi, que aproveitou para enfatizar a crise da democracia formal: "Não basta mais tentar conferir legitimidade a quem está no poder simplesmente pelo fato de ter sido eleito. As pessoas estão indignadas porque precisam de democracia material. A democracia formal já não é suficiente há muito tempo. Um dos abusos mais graves que se pode ter da maioria é a inércia, é o não fazer nada para atender ao interesse público, e as pessoas não esperam mais atitudes de quem está no poder.

O Defensor Público da União, Eduardo Paredes, abordou a prática das garantias Constitucionais, contribuindo desta forma para que os alunos pudessem sair do plano teórico e debater o que há de mais importante na nossa Constituição. Em seu discurso, Paredes mencionou a

carreira de Defensoria Pública, iniciando seu raciocínio sob uma perspectiva que sai do campo dos movimentos sociais ou da legitimidade através do voto e passando por uma caminhada através do Direito até se chegar na Defensoria Pública.

Convênio de estágio entre FACHA e Defensoria Pública da União

Durante o evento, o Defensor Público da União Igor de Andrade Barbosa discursou sobre a apresentação do convênio de estágio entre FACHA e Defensoria Pública da União. “Espero que a nossa parceria renda frutos saudáveis para essa relação que se inicia hoje, e que a Defensoria Pública possa usufruir da criatividade, do conhecimento acadêmico, da participação dos alunos, e que estes possam usufruir de todo o arcabouço, de todo o aspecto prático, da grande escola que é a Defensoria Pública da União.”